

MESTRADO EM DIREITO MÉDICO
ESTRUTURA CURRICULAR

1. Direito à saúde e bioética

- a. Fundamentos Constitucionais do Direito à Saúde.
- b. Bioética: Histórico e Conceitos.
- c. Reflexões bioéticas e o Cód. de Ética Médica.
- d. Dilemas éticos e equidade em saúde.
- e. Denúncias ético profissionais.
- f. Mercantilização da Medicina.
- g. Crise da Medicina e da Antimedicina.
- h. Universalidade e Integralidade.
- i. A ética e a bioética e os níveis de atenção à saúde.
- j. Judicialização e equidade.
- k. A ética, a bioética e a telemedicina.

2. Responsabilidade civil na área da Saúde: aspectos materiais e processuais

- a. Fundamentos da responsabilidade civil.
- b. O conceito de responsabilidade subjetiva e objetiva. A culpa. O nexo de causalidade. Os danos materiais. Danos emergentes e lucros cessantes.
- c. Extensão da indenização no direito civil. Perda de uma chance. Reparação do dano v. punição pelo dano. Cláusula de não-indenizar.
- d. Responsabilidade civil por fato de terceiro. Danos Morais e Danos Estéticos.
- e. Aspectos processuais da Responsabilidade Civil. Ônus da prova e suas variações nas disputas médicas. Meios de prova no direito brasileiro. Questões controvertidas nas Perícias Médicas. Reflexões sobre a prova oral no direito brasileiro.
- f. Vontade, Consentimento e Informação. Aspectos da LGPD aplicáveis ao Direito Médico. Publicidade na área médica.
- g. Judicialização da saúde privada. Aspectos materiais e processuais.
- h. Os medicamentos e seu desenvolvimento sob o enfoque da proteção ao consumidor. O risco do desenvolvimento e sua construção como excludente da responsabilidade civil. Quebra de patentes e custeio dos estudos médicos.
- i. Direitos da personalidade, ética médica e responsabilidade
- j. Seguro profissional: modalidades, coberturas e riscos excluídos.
- k. Lucros cessantes e dano hipotético.
- l. A perda de uma chance no direito civil brasileiro
- m. Responsabilidade civil por fato de terceiro. Responsabilidade civil dos hospitais e clínicas por fatos imputáveis aos seus prepostos e colaboradores.
- n. Licitude da prova no direito brasileiro. Standards de aferição de licitude no direito processual civil e no direito processual penal.
- o. Perícias médicas, sua força probante e o papel dos assistentes técnicos.
- p. Vontade do paciente, deveres do médico e direitos da personalidade.
- q. A intervenção do Judiciário para concessão de medicamentos e tratamentos médicos em demandas contra planos de saúde e contra o Poder Público.
- r. Obrigações de meio e de resultado no direito médico.
- s. Danos Punitivos nos EUA e Inglaterra. É cabível indenização de caráter punitivo no direito brasileiro?
- t. Danos Morais e sua quantificação. Tendências jurisprudenciais.

u. Ônus da Prova no Direito Processual Civil. Critérios para modificação e inversão. A relevância da natureza da relação jurídica em disputa.

v. Controle Judicial de Políticas Públicas na Pandemia de Covid-19.

x. Incapacidade laborativa e Indenização. Parâmetros de aferição e de fixação da indenização para a pessoa que perde sua capacidade laborativa em razão de intervenção ou omissão médica.

3. Metodologia: pesquisa e extensão universitária

a. Noções introdutórias sobre metodologia

b. Metodologia da relação entre ciências humanas e naturais

c. Estrutura do Trabalho Científico

d. Filosofia e Metodologia do direito

e. Plágio e autoplágio

f. Filosofia e Metodologia da saúde

g. Os métodos na medicina por evidência

h. Como (não) escrever um artigo jurídico

i. Metodologia jurídica do Direito Médico

j. Metodologia e diálogo entre projetos e saberes

k. Filosofia e Metodologia da saúde

l. Novas Tendências em Metodologia do Direito e Impacto da Pesquisa Científica na Área do Direito

m. Direito Médico, Subjetividade e Formas Sociais

4. Políticas públicas de saúde e direitos fundamentais

a. Direito fundamental social, à saúde. Teoria interna e externa dos direitos fundamentais e sua aplicação ao direito social à saúde.

b. Premissas jurídicas e técnicas para a definição das políticas públicas de saúde no Brasil. A estrutura dos direitos fundamentais sociais.

c. A diversidade do estatuto dos direitos fundamentais sociais e a estrutura das normas de direitos fundamentais.

d. Direito social, à saúde como direito subjetivo?

e. Políticas públicas. Definição e os “nós-górdios” conceituais. Espécies de políticas públicas.

f. Processos das políticas públicas. Fundamentos jurídicos das políticas públicas, sua natureza jurídica e os processos juridicamente disciplinados que concretizam a ação governamental. Instituição e institucionalismo jurídico.

h. Expressão exterior da política pública: o arranjo institucional. Sistema Único de Saúde, seu regime jurídico e articulações entre os entes federados. Perspectiva histórica do Sistema Único de Saúde.

i. Organização do Sistema Único de Saúde, suas redes temáticas de atenção à saúde e as linhas de cuidado. Redes regionalizadas e hierarquizadas. A evolução da infraestrutura do sistema de saúde brasileiro.

j. Regulação pública na área da saúde no Brasil. O papel das entidades da administração indireta da União nas políticas públicas de Saúde (ANVISA, ANS, FIOCRUZ, FUNASA, HEMOBRAS, EBSEH, GHC, e outras).

k. Financiamento do SUS e contexto das renúncias. Conselhos de Saúde, seu regime jurídico, avanços e desafios para uma gestão e controles democráticos. Regime Jurídico dos Modelos de Atenção à Saúde no SUS: debate conceitual, desafios e perspectivas. Gestão do Sistema Único de Saúde.

l. Uma resenha sobre a aplicação teórico-conceitual no exercício da gestão pública. Descentralização, municipalização e regionalização. Regulação da atenção à saúde e auditoria no

SUS. Relação público e privado na política pública de saúde. O papel dos planos e seguros de saúde na política nacional. Contratação e contratualização no SUS. Resoluções das autarquias profissionais (CFM e CRMs) e o sistema de saúde no Brasil. Regulamentação dos medicamentos e o regime jurídico da dispensação. O futuro do SUS e a reforma sanitária brasileira.

m. Terceiro Setor e Saúde. Convênios e contratos de gestão na área da saúde com Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações da Sociedade Civil (OSC). Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da saúde. Políticas públicas específicas na área da saúde.

n. O Sistema de Justiça e seus atores como partes na construção das políticas públicas de saúde.

5. Ciências criminais e o exercício da Medicina

a. Problematização: medicina e o direito penal positivo.

b. Ciências criminais e o exercício da medicina: criminologia, política criminal, direito penal e processo penal e o exercício da medicina, preocupações de bioética e de saúde pública. Relações e interdependências.

c. Dogmática jurídico-penal e temas da parte geral do direito penal aplicados ao exercício da medicina.

d. O exercício da medicina e a estrutura típica dos delitos. Tipicidade objetiva, tipicidade subjetiva, antijuridicidade e culpabilidade.

e. Elemento subjetivo do tipo penal. Dolo e culpa. O exercício da medicina e as espécies de culpa: imperícia, negligência e imprudência. Crimes dolosos praticados por médicos contra seus pacientes. Análise crítica da jurisprudência.

f. Crimes omissivos e o exercício da medicina. A omissão médica penalmente relevante frente à recusa do tratamento pelo paciente.

g. A imputação de responsabilidade penal pelo trabalho médico em equipe, por atos conjuntos ou sucessivos. Posição de chefia. Princípios da confiança e da divisão do trabalho. Responsabilidade penal dos médicos plantonistas. Análise crítica da jurisprudência.

h. Instrumentalidade da Tutela Penal e Saúde Pública: Dificuldades e Desafios para a Eficácia do Direito. Questões éticas e práticas do SUS na contemporaneidade. Necessidade de respeito às evidências científicas na tomada de decisões. Obrigatoriedade de medidas sanitárias. Papel do Direito Penal nas soluções dos problemas.

i. Parte especial do direito penal e crimes em espécie relacionados ao exercício da medicina.

j. Criminalidade contemporânea no contexto da pandemia da Covid-19. Regras de saúde pública para enfrentamento da pandemia (Lei Federal 13.979/20). Prescrição de remédios sem eficácia comprovada. Descumprimento de medida sanitária preventiva. Fraude na regulação de vagas. A pandemia de Covid-19 no Brasil. 1). Normatizações estaduais e municipais e os crimes de infração de medida sanitária preventiva e de omissão de notificação de doença (artigos 268 e 269 do CP). 2) Prescrição off label de remédios sem evidências científicas e o crime de charlatanismo (artigo 283 do CP).

k. O exercício da medicina e o SUS. O artigo 327 do Código Penal e a criminalidade própria do funcionalismo público. O exercício da medicina, fraude e corrupção.

l. Esterilização humana: Lei 9.263/1996. Esterilização compulsória no Brasil: solução para problemas sociais ou aporofobia?

m. Política criminal e tutela penal da biotecnologia no Brasil: Lei 11.105, de 24/03/2005.

n. O processo penal e os crimes decorrentes de intervenção médica.

o. O laudo de corpo de delito e a cogência dos artigos 158 e seguintes do Código de Processo Penal. Análise crítica da jurisprudência sobre casos médicos frente à necessidade legal do exame de corpo de delito em crimes que deixam vestígios.

p. O sigilo médico do ponto de vista material e procedimental. A nulidade processual da prova obtida com violação do sigilo médico.

- q. Temas relativos ao exercício da medicina e à proteção da saúde pública sob a perspectiva da criminologia e da política criminal. Aspectos político-criminais da eutanásia no Brasil.
- r. Aspectos político-criminais do aborto no Brasil.

6. Direito Administrativo da Saúde (Direito Comparado Espanhol)

- a. Teoria Geral do Direito e Fundamentos epistemológicos do direito público.
- b. Princípios da administração e interpretação
- c. Função administrativa
- d. Entidades Governamentais
- e. Licitações
- f. Terceiro Setor
- g. Os atores públicos e privados no Sistema Único de Saúde
- h. Contratações administrativas
- i. Mais SUS Evidências
- j. Regulação e Autorizações em Saúde (Anvisa e ANS)
- k. Controle externo dos recursos orçamentários do sus: financiamento, rateio e fiscalização
- l. Direito Previdenciário e Atos de Direito Público em Saúde
- m. Pareceres na área médica
- n. Responsabilidade Administrativa
- o. As regras ético-administrativas aplicáveis aos servidores públicos em saúde

7. Direitos transindividuais na área da saúde

- a. Direitos transindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos) na área da saúde. Conceito e Requisitos para sua correta identificação. Microsistema processual coletivo. Princípios do processo coletivo aplicáveis à saúde. Partes e Legitimidade ativa nos processos coletivos. Competência nas demandas coletivas.
- b. Coisa julgada nos processos coletivos. Precedentes vinculantes. Incidente de Assunção de Competência (IAC) e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) como instrumento de tutela coletiva de direitos. Recursos Repetitivos e Embargos de Divergência.
- c. Reserva do possível e saúde pública. Defesas do Estado em face de ações coletivas de medicamentos, vacinas e iniciativas no campo da saúde.
- d. Controle de constitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- e. Intervenção de terceiros nos processos coletivos relacionados à saúde – Amicus Curiae; Assistentes; e demais formas de intervenção.
- f. Jurisprudência no Direito do Consumidor na área da saúde – Tendências, desafios e fundamentos para eventual revisão.
- g. Liquidação e execução de sentença nos processos coletivos.
- h. Convenções Coletivas de Consumo.
- i. Inquérito Civil, Produção Antecipada de Provas, e Exibição de Documentos.
- j. Prescrição e decadência no processo coletivo. Questões relacionadas ao curso, interrupção, suspensão e consequências.
- k. Processo coletivo passivo – tendências atuais e relevância para a área da saúde. Autocomposição no processo coletivo.
- l. Mandado de Segurança Coletivo nas questões relacionadas à saúde
- m. Publicidade dos processos coletivos e o papel da mídia.

8. Administração pública, boa governança e compliance

- a. A partir de uma robusta formação teórica e aplicada, pretende proporcionar aos alunos (i) analisar, compreender e interpretar a necessidade do Estado em celebrar parcerias com entes

privados; (ii) compreender e interpretar os impactos sobre a qualidade do Estado de Direito e os direitos e garantias fundamentais; e (iii) compreender, valorar e aplicar medidas e estratégias gerenciais e a instauração de uma cultura pública e privada de integridade no seio do Estado e da sociedade. Com o cumprimento da disciplina, os alunos estarão em condições de aplicar os conhecimentos adquiridos na prática, bem como aplicá-los na docência e em futuras investigações.

b. A integridade, suas violações e a adoção de políticas de integridade na Administração Pública como parâmetro de boa governança. A celebração de parcerias entre Estado e organizações privadas como parâmetro de atendimento à eficiência administrativa. A execução de políticas públicas e o planejamento estatal em prestar ou obter colaboração de terceiros para atendimento de serviços à população.

c. O que é e o que implica o Bom Governo. Princípios de boa governança. O bom governo como direito fundamental. O bom governo no marco da União Europeia. Os indicadores de governança do Banco Mundial. Reforma administrativa e bom governo. A integridade na Administração Pública. Marco de integridade organizacional.

d. Lei das parcerias. Direito Sancionador: estâncias e princípios básicos. Self regulation da pessoa jurídica. Acordo em parcerias público-privadas. Dinâmica dos Contratos de Gestão.

e. Compliance: conceito e evolução histórica. O compliance no direito internacional (soft law). A gestão de riscos e a construção de um sistema de compliance. Compliance e a importância da adoção de um sistema de compliance pelas organizações que atuam em parceria com o poder público. Compliance público: princípios e elementos básicos.